

CONVITE

CONSULTA PRÉVIA

ASSUNTO: BENEFICIAÇÃO DAS REDES DIVISIONAL E VIÁRIA NO ÂMBITO DA DFCI – ZONA POENTE

1) Objeto do contrato:

Beneficiação das redes divisional e viária no âmbito da DFCI – Zona poente.

2) Entidade adjudicante:

Município de Boticas, com sede na Praça do Município, 5460-304 Boticas.

3) Órgão que tomou a decisão de contratar:

Presidente da Câmara, no âmbito das suas competências.

4) Fundamento da escolha do procedimento

Alínea c), do artigo 19.º, do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

5) Prazo e entrega das propostas

A data limite de entrega das propostas é 28 de maio de 2018, até às 17:30.

6) Modo de apresentação das propostas

a) As propostas deverão ser apresentadas obrigatoriamente no endereço eletrónico aprovisionamento@cm-boticas.pt.

b) Os documentos que constituem as propostas serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7) Dúvidas e esclarecimentos

a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados por escrito, através do e-mail aprovisionamento@cm-boticas.pt.

b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através do e-mail aprovisionamento@cm-boticas.pt.

8) Os documentos de habilitação

Devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 4 dias após a receção da respetiva notificação, através do e-mail aprovisionamento@cm-boticas.pt, os respetivos documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme o modelo constante do Anexo II ao presente convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- c) Certidão de registo comercial ou senha de acesso.

Serão concedidos mais dois dias, para supressão de irregularidades detetadas nos documentos anteriormente apresentados.

9) Documentos da proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
- b) Proposta de preço, elaborada de acordo com o Anexo III do Convite;
- c) Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do CCP.

10) O valor base do procedimento

O valor base do procedimento é de trinta e dois mil, cento e setenta e cinco euros (32.175,00€), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

11) Critério de adjudicação

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade “avaliação do preço” de acordo com a alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

12) Prestação de caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com a alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP. No entanto e atendendo ao n.º 3 do mesmo artigo, pode o Município

de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

13) Negociação

As propostas apresentadas, não serão objecto de negociação.

14) Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º, do Código dos Contratos Públicos.

15) Prazo de validade das propostas

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de **66 dias úteis** contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

16) Esclarecimentos sobre as propostas

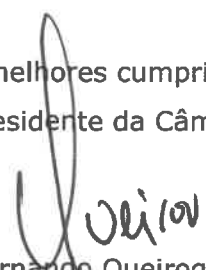
O Município, poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

17) Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Câmara Municipal de Boticas, 21 de maio de 2018

Com os melhores cumprimentos,
O Presidente da Câmara


(Fernando Queiroga)

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º, do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo —quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos

Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a)*, do n.º 1, do artigo 81.º, do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Proposta de preço

_____, com sede social em _____,
contribuinte fiscal número _____, depois de ter tomado inteiro conhecimento
do procedimento **“Beneficiação das redes divisional e viária no âmbito da
DFCI – Zona poente”**, a que se refere o Convite nº _____, datado de
_____, do Município de Boticas, declara que se obriga a prestar os serviços
objeto de consulta prévia, em conformidade com o convite e caderno de encargos,
pelo seguinte preço global: _____.

Às quantias acima mencionadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à
taxa legal em vigor.

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submeterá, em tudo o que
respeita à prestação de serviços, ao que se encontra prescrito na legislação
portuguesa em vigor.

(Data)

(Assinatura)